

FMI estuda mudanças para tornar a política de crédito flexível

Com o objetivo de promover o desenvolvimento e contribuir para reduzir a carga da dívida externa, o Fundo Monetário Internacional (FMI) está prestando a mais ampla reforma de sua política de crédito. O Comitê Interino anunciou na sexta-feira, em Washington, que foi aprovado acordo que permitirá ao FMI conceder um novo tipo de crédito de "contingência" para ajudar o Terceiro Mundo a enfrentar aumentos excessivos dos juros ou outros fatores externos fora de seu controle.

A nova política foi anunciada pelo presidente do Comitê Interino, o ministro das Finanças da Holanda, H. Onno Ruding, e pelo presidente do fundo, Michel Camdessus. Informou-se ainda que o FMI estuda propostas para facilitar a implementação de programas de ajuste das economias, a fim de se evitarem

repetidas renegociações das dívidas.

Os países, para obterem os novos créditos de contingência, devem primeiramente negociar um acordo com o FMI sobre o ajuste de suas economias.

As principais mudanças que o FMI prepara são:

- Maior uso do crédito ampliado para financiar programas de ajuste macroeconômico e reforma estrutural de três anos, em lugar dos doze a dezoito meses atuais (como prevê o "stand-by"), para empréstimos de contingência e uma eventual prorrogação do prazo do programa para quatro anos. Os períodos de resgate seriam aumentados dos três a cinco anos atuais para quatro e meio a dez anos.

Ruding disse haver "um desejo de urgência" em relação ao novo tipo de crédito, já que é importante na elaboração de planos econômicos a médio prazo. Funcionários do FMI indicaram que o aumento do uso do crédito ampliado permitirá prorrogar os períodos de monitoração de programas de desembolsos de três a seis meses, dando-lhes estabilidade e flexibilidade.

- Modificar o financiamento compensatório para compensar quedas das receitas de exportação a fim de incluir mecanismos de contingência externa que protejam os países contra alta de taxas de juro ou oscilações nos preços de importações e exportações.

Camdessus disse que seria mantido o limite de 83% da cota de um dado país no FMI para financiamento compensatório por queda de exportações, e que o financiamento total, compreendendo contingências externas, seria aumentado para 105% da cota, dividida em etapas sujeitas a um condicionamento crescente.

O diretor-gerente do FMI disse que os problemas ainda pendentes em relação à nova política serão tratados nestas próximas semanas.

Camdessus e Ruding informaram que a questão do aumento do capital do FMI de 90 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES), equivalentes a US\$ 12,3 bilhões, voltará a ser debatido em abril de 1989.

AUMENTO DE CAPITAL

O aumento do capital do fundo permitiria que se diminuisse o uso de recursos tomados nos mercados para reemprestimos aos países, o que baratearia os créditos do FMI.

Camdessus propôs um aumento mínimo de 50% para manter a proporção entre o capital do FMI e o nível de atividade da economia global em 1988, e de

100% para manter o capital em dia com o avanço da economia global.

Os Estados Unidos, entretanto, manifestaram sua oposição, argumentan-

do que o aumento é desnecessário. Os países em desenvolvimento e a Comunidade Econômica Européia apoiaram o aumento.

(UPI)